

**“A LUTA DOS POSSEIROS EM LAGOA —
SÃO PAULO: A DIFERENÇA DA
CONSTRUÇÃO/DESTRUIÇÃO DO
TERRITÓRIO PARA O TRABALHO
LIVRE” ***

Samira Peduti Kahil

Com o propósito de elaborar uma análise crítica dos problemas da agricultura do país, tomamos para análise a luta dos posseiros e pequenos proprietários da Lagoa em São Paulo, município de Presidente Epitácio — SP. Primeiro porque ela carrega em si grandeza histórica de assegurar sua própria existência numa relação social e auto-afirmação violenta e, segundo por expressar as contradições e tensões geradas pelo desenvolvimento do capitalismo no campo.

Para compreendermos a organização territorial, expressão concreta da formação sócio-econômica, reconstituimos a história da ocupação da Lagoa São Paulo evidenciando os mecanismos de expropriação da terra, exploração e subordinação do trabalho pelo capital, mecanismos estes que interferem na construção, pelos posseiros, de um território para o trabalho livre.

A reconstrução da história da ocupação foi realizada, principalmente através do contato com os posseiros. Para tanto, estivemos no local por um período de mais ou menos quatro meses, quando fomos acolhida por uma das famílias mais antigas no lugar e que, inclusive, mantinha um pequeno comércio na casa, o que possibilitou-nos uma mais fácil aproximação com os posseiros, já que o acesso para algumas áreas se encontrava, muitas vezes, dificultado pelas enchentes.

* Resumo de dissertação de Mestrado apresentada à UNESP — Rio Claro/1985.

Posteriormente, através dos próprios posseiros, entramos em contato com a Companhia Energética de São Paulo — CESP que na época, 1981, iniciava a implantação de projeto de reassentamento da população.

Através da CESP realizamos a pesquisa dos dados quantitativos, pois que um levantamento já havia sido realizado pela Companhia e julgávamos desnecessário repeti-lo.

Paralelamente ao trabalho de campo, a pesquisa bibliográfica norteava nossa interpretação dos fatos. Para tal, fizemos uma pesquisa nos grandes jornais de São Paulo, de Presidente Prudente e de Presidente Epitácio. Pesquisamos também, a bibliografia referente a questão agrária brasileira, sobre os relatos históricos do período 60/75 e ainda aqueles específicos sobre a área estudada.

— A construção, pelos posseiros, de um território liberto

Teve início na década de 30 a ocupação da margem esquerda do Rio Paraná (atual município de Presidente Epitácio-SP), onde se distingue um complexo de lagoas (Lagoa São Paulo, que emprestou seu nome a toda área, Lagoa Bonita, Lagoa Comprida), totalizando uma área de 13.000 ha. aproximadamente. Na época das cheias, estas lagoas formam um enorme lago contínuo, sendo que vastos trechos se apresentam permanentemente alagados, formando pântanos e brejos e tornando esses locais impróprios para o cultivo agrícola ou mesmo para as pastagens.

Os ocupantes chegaram ao local através do Rio Paraná e derrubaram a mata para ocupar os terrenos mais altos das áreas próximas ao rio (aquelas livres das enchentes).

Em 1942, a área foi decretada como sendo de utilidade pública e a floresta remanescente, destinada a conservação da flora e fauna estaduais para a formação de parques e florestas modelos. Posteriormente através do decreto de 1945 a área teve regulamentada a situação dominial do Estado sobre a mesma.

A partir de 1960 estas terras começaram a ser disputadas por meios violentos. É por volta desse mesmo ano que José da Conceição

Gonçalves, vulgo "Zé Dico", fazendeiro em São José do Rio Preto e Paraguai, grileiro famoso, apossou-se de terras que incluíam em sua quase totalidade a Reserva Florestal Lagoa São Paulo, iniciando aí luta violenta pela terra, dirigida contra 29 famílias que, trazidas por ele mesmo ao local, ocuparam uma área à margem do Rio Paraná, nas proximidades do "Poção de Jacó".

Estas famílias de posseiros já haviam sofrido o processo de expropriação da terra no Nordeste e depois no Norte do Paraná, e vinham agora ao oeste paulista continuar sua incessante luta pelo trabalho e subsistência. Durante o primeiro ano derrubam a mata, sem receber salário, pouco conseguindo plantar para subsistir trabalhando.

O processo de exploração implantado por "Zé Dico" baseava-se na extração da renda da terra pré (não) capitalista em trabalho e posteriormente em produto, as formas mais primitivas da renda da terra. Primeiro os posseiros entravam na mata e extraíam a madeira para o grileiro "Zé Dico", e em troca recebiam o direito de poderem cultivar a terra em parceria. Assim, o trabalho executado para extrair a madeira era cedido gratuitamente ao grileiro, um verdadeiro tributo pago pelo uso de uma terra que nem pertencia a "Zé Dico". Este tributo era portanto, extraído coercitivamente, em seguida, os posseiros passam a cultivar a terra cedendo em parceria parte da produção a "Zé Dico".

Nesse processo, o grileiro "Zé Dico" ia produzindo o capital, ia na realidade fazendo uma verdadeira acumulação primitiva do capital. Dessa forma, ele realizava apenas a primeira etapa do processo capitalista de exploração, pois o passo seguinte, a reprodução do capital não se mostrava ser tão rendosa naquele momento.

Assim, sem qualquer aplicação de capital, sem ter que pagar pelo direito de exploração da renda fundiária, sem dispender sua força de trabalho e sem sequer pagar pelo trabalho dos rendeiros, que através da relação familiar de produção, possibilitavam-lhe acumulação primitiva, "Zé Dico" incorporava o direito de apropriar-se de parte da produção. Essa parcela da produção apropriada era remetida ao mercado, momento em que comercializando-a transformava-a em mercadoria, o que permitia a realização da renda, ou seja, produzia o capital. Aumentando a exploração, "Zé Dico" passou a exigir o direito de comercializar a parte da produção que ficava com os rendeiros

que assim foram impedidos pelos jagunços de chegarem ao mercado com seus produtos.

A força de "Zé Dico" não subjugava somente "seus rendeiros"; ele fez também com que outras famílias, pequenos posseiros da Reserva Florestal, assinassem contratos de parceria agrícola. Foram mais de 300 famílias envolvidas e, sob a mira de seus revólveres, contratos de parceria eram obtidos extorsivamente.

As autoridades de Presidente Epitácio tomaram partido de "Zé Dico" e aconselhavam às famílias a assinarem contratos de arrendamento para não provocarem violência.

Essas autoridades, políticas, juízes, delegados de polícia eram representantes dos latifundiários. O melhor exemplo desse quadro era o então prefeito de Presidente Epitácio, Sr. Hélio Gomes, um grande grileiro de terras do Estado. Os grileiros estavam, pois, presentes no poder municipal.

Mas, paulatinamente os posseiros foram sendo avisados de que as terras em que trabalhavam não eram de "Zé Dico" e sim do Estado. Os rendeiros começaram então a se negar a pagar a renda. Passaram assim, a serem encarados como subversivos por "Zé Dico". E os posseiros começaram a sofrer uma violenta luta pela terra desencadeada pelo grileiro que, através de seus capangas, expulsavam e matavam as famílias já exploradas na suas roças.

Em junho de 67, o lavrador Paulo Kuraki e seu filho Armando de 17 anos foram assassinados pelo jagunço José Medeiros, que alvejou todos os membros da família Kuraki quando, então, deixavam as terras da Reserva para irem morar no Mato Grosso.

A revolta cresceu, a pobreza, a injustiça, a violência, o aproveitamento político acabaram fazendo muita pressão levando as pessoas a percebê-las.

A resistência começou então a ser conduzida por algumas pessoas que como catalizadoras e articuladoras de uma gente aparentemente disforme e heterogênea, viram nelas um potencial capaz, uma força libertadora.

Silvio Papacosta, também posseiro da barranca do Rio Paraná, envolveu-se na luta enviando inúmeras cartas às autoridades, tentando sensibilizá-las no sentido de sobrestar o despejo daquelas famílias. No entanto, a lentidão com que foram conduzidos os processos, impediu que a "justiça e a paz" fossem restabelecidas na barranca.

"Era até mesma a burocracia conspirando contra os posseiros", escreveu Papacosta.

A violência instalada no país produziu o seu oposto: em Setembro/67, "Zé Dico" foi justificado.

O tratamento dado à solução deste crime, diferiu em muito do tratamento dado ao assassinato de Paulo Kuraki. No caso "Zé Dico", intensa foi a movimentação policial.

A Delegacia Regional de Polícia de Presidente Epitácio chegou a conclusão de que "Zé Dico" fora assassinado numa ação guerrilheira, na qual participaram 21 homens, chefiados por um guerrilheiro conhecido por "Gaúcho", e cujo nome era Edmur Péricles de Camargo.

Porém, o DOPS e o Departamento de Polícia Federal, concluíram pela inexistência de crime contra a Lei de Segurança Nacional, tudo não passando de homicídio comum; isto certamente para não parecer crescente os movimentos de resistência das populações oprimidas, ao regime estabelecido.

Talvez não possamos mesmo afirmar como sendo uma "ação guerrilheira" o justicamento de "Zé Dico", por ter a população somente apoiado, sem participação e organização prolongadamente a ação. No entanto, não podemos negar a presença ali de Edmur, braço direito de Marighella, militante do PTB, do Movimento de Brizola, do Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER) do Rio Grande do Sul, além de ser o articulador do M-3G que praticou várias expropriações bancárias em Porto Alegre.

Enquanto corriam os processos na justiça, a injustiça e a violência ainda continuaram a reinar na barranca do Rio Paraná. "Zé Branco", como era chamado o filho de "Zé Dico" continuava a desmatar a Reserva e exigir elevadas rendas dos produtores.

Na ação de terras, movida por José da Conceição Gonçalves Filho, vulgo "Zé Branco", ele teve ganho de reivindicação de posse no fórum de Presidente Epitácio. Houve recurso por parte do Estado mas, o Tribunal da Alçada Civil também deu a ele ganho de causa.

Passaram então a correr boatos de que as famílias seriam despejadas e, novamente, Silvio Papacosta remeteu cartas às autoridades solicitando intervenção do Estado para que autorizassem a permanência, o que possibilitaria a sobrevivência daquelas 350 famílias.

No governo Roberto de Abreu Sodré, em março de 1969, essa autorização foi parcialmente concedida com a entrega de 59 Títulos de Permissão de Uso.

Paralelamente, no Supremo Tribunal Militar correu o processo movido por "Zé Branco" contra o Estado; processo este que terminou somente no Governo Paulo Egydio Martins. Governador este que em 1975 havia prometido títulos definitivos aos posseiros.

Os posseiros aguardaram pacientemente a promessa. Mas, em setembro do mesmo ano (1975), a CESP — Companhia Energética de São Paulo, já alinhava idéias preliminares para reassentamento da população ribeirinha, pois planejava a construção da usina hidroe-létrica Porto Primavera.

— A destruição do território liberto

A formação do reservatório da Usina de Porto Primavera, provocará a inundação de 15.000 ha., na altura da foz do rio do Peixe, em razão da conformação geomorfológica da região, onde uma curva do Rio Paraná aparece sob a forma de uma bolsa.

Assim, como o Estado estava em vias de legitimar a posse das 350 famílias que ocupavam a área, técnicos da CESP deram o alerta da inconveniência dessa medida e propuseram como solução a relocação daquela população para uma área imediatamente vizinha.

A resposta do Estado foi positiva no sentido de que tal decisão viria de encontro à política estabelecida pelo Decreto n.º 59.428 de

Outubro/1966, que regulamentou os artigos do Estatuto da Terra e que definiu a colonização dirigida como atividade que se destinava ao aproveitamento econômico da terra "pela sua divisão em propriedades familiar ou através de cooperativas".

O tipo de política para colonização dirigida veio impor uma sujeição à ideologia dominante e/ou às práticas desta ideologia, pois são nas formas e sob as formas de sujeição ideológicas que é assegurada a reprodução das relações de produção. E, é o modo capitalista de produzir que o Estado brasileiro, unido a empresas multinacionais e transnacionais, quer garantir, passando ilicitamente pela problemática vivida pelos trabalhadores rurais, atentando apenas para as questões de ordem técnica, comercial e financeira.

Dentro desse quadro maior é que vemos as terras serem distribuídas pelo governo que, com proposital equívoco, equipara colonização dirigida com Reforma Agrária.

"O que se deve entender por reforma agrária nas atuais circunstâncias do país, é a elevação dos padrões de vida da população rural e, pelo menos tão importante quanto a subdivisão da propriedade fundiária, uma legislação social trabalhista, reguladora das relações de trabalho e emprego rural, capaz de promover a transformação de nossa economia agrária, no sentido de resolver a questão da expropriação e exploração, a qual constitui uma característica essencial do processo de acumulação do capital e sua reprodução." (PRADO JR — 1979:88)

Foi dessa forma que o Estado, via CESP, optou pelo reassentamento da população em pequenas propriedades, lotes que variaram de 13 a 16 ha. porque a região não se capacitaria em absorver esse contingente de trabalhadores como assalariados. Esta opção se deu também pelo fato de que apesar da significativa importância da produção agrícola da sub-região de Presidente Venceslau em relação a região e ao Estado, houve no período 70/75, uma retração das áreas exploradas com produtos agrícolas em todo o Estado São Paulo e particularmente na região, dada a euforia experimentada pela pecuária de corte que sempre se caracterizou pela absorção mínima de mão de obra assalariada.

A área do projeto, situada ao sul do Rio do Peixe, nas proximidades desse curso d'água com o Rio Paraná, mede cerca de 10.000 ha.

Estas terras, pertencentes ao Estado, foram regularizadas juridicamente pela CESP, através da Procuradoria do Patrimônio Imobiliário do governo do Estado de São Paulo que emitiu os documentos de propriedade para os beneficiários. Assim, também a CESP recebeu, sem quaisquer ônus, 15.000 ha. de terras a serem inundadas pelo Reservatório da Usina Hidrelétrica de Pôrto Primavera.

Dessa forma a CESP, empresa de capital misto de produção de energia elétrica, passou a ser a grande proprietária das terras, sem contar os negócios particulares que direta ou indiretamente alimentam e mantêm à custa de funções públicas quanto da construção de barragens e da realização de projetos sociais consequentes daqueles, e que também requerem uma infraestrutura, a exemplo do reassentamento da população ribeirinha ao Paraná.

O Estado, via CESP, na tentativa de encobrir os reais beneficiários de projetos de tal vulto, se solidariza com os trabalhadores agora "beneficiários" do projeto, colocando-se acima dos interesses de classe, enfatizando o trabalho das classes dirigentes que, demagogicamente se esforçam para servir os interesses das classes trabalhadoras, dando exemplo da "integração" das classes sociais.

Assim, na medida em que a atividade do Estado era dirigida para a estabilidade e crescimento econômico, a política assume um caráter peculiar: ela visava eliminar as disfunções e evitar os riscos que poderiam ameaçar o sistema, dando prioridade à desmobilização dos trabalhadores do campo que historicamente vinham se organizando.

É dessa forma que o caso que tomamos para estudo, configura-se como exemplo da luta pela terra que se trava hoje em todo território brasileiro.

Os antigos posseiros, hoje em sua maioria reassentados na área do projeto, continuam trabalhando a terra através da relação de produção familiar, ou seja, a mulher e os filhos fazem parte do processo produtivo. Mas o valor que criam não lhes é revertido, não restando-lhes sequer o suficiente para a reposição de sua força de trabalho, da qual se observamos sob vários ângulos os vermes privados. Digamos que sua alimentação, precária esteja garantida, mas se observamos as condições de moradia, de atendimento médico, escolar que se lhes apresentam, veremos que sua própria sobrevivência esta comprometida.

Hoje, o projeto da CESP, sob a perspectiva de substituição do "paternalismo" tecnista ou carismático, pela participação "democrática" optou pela descentralização da única agrovila então existente e criaram-se então quatro outras agrovilas.

A agrovila n° 1, ou central, foi a primeira a funcionar. A CESP, reaproveitando as benfeitorias já existentes na Fazenda Bandeirantes, instalou na antiga casa de "Zé Dico" a sede da cooperativa e começou a distribuir os lotes mais próximos, em função também da facilidade de comunicação entre aquele local, e o Campinal (bairro rural mais próximo) e mesmo Presidente Epitácio.

Nesta escolha, tudo indica, a CESP cometeu um equívoco aparente, pois ao invés de instalar a cooperativa e demais serviços no bairro do Campinal, povoado próximo à área, que sempre foi o centro de serviços imediatos utilizados pela população da região, preferiu criar seu próprio bairro rural. Aliás a CESP sempre cria seus projetos fechados em si mesmos: já havia sido assim com vila Piloto (Jupiá) depois foi com Ilha Solteira tec., O motivo é sempre o mesmo, segurança e controle sobre os trabalhadores nos canteiros de obras.

Assim, a CESP, revela sua verdadeira intenção, desarticular um movimento de libertação do seu contexto territorial, e "criar" um projeto com características de enclave, ainda que este contemple descentralização interna.

Como as estradas vicinais entre as quadras de lotes, na primeira fase de implantação do projeto, não estavam prontas, houve recusa de alguns beneficiários em aceitar a terra, achando eles que tudo não passava de mais uma forma de exploração de seu trabalho, na formação de alguma fazenda. Porém o medo de serem novamente expropriados e explorados se foi diluindo. O movimento de resistência, que já contava com um grupo de pessoas organizando-se, desestruturou-se e quando da entrega dos lotes 100% dos beneficiários aceitaram as terras sem quaisquer restrições e a Cooperativa Lagoa São Paulo estruturou-se também.

Nessa primeira etapa, os beneficiários recebiam o lote, nele trabalhavam, mas continuavam a residir e trabalhar também na área de posse. Hoje, entretanto, com as modificações no projeto inicial, as

agrovilas reúnem inclusive as residências das famílias beneficiárias, modificação esta que na agrovila nº 1 não está sendo possível já que os beneficiários construíram suas casas nos próprios lotes.

A força de trabalho familiar continua, como na posse, condição fundamental. Mais de 50% das glebas tem sido ocupadas e trabalhadas pelas famílias beneficiadas. O sistema de parceria ou meiação é também um recurso não apenas para os beneficiários sem meios de fazer produzir as terras, como também, para aqueles que, tendo trabalho ou instrumentos de produção disponíveis, tem na área de sua gleba uma limitação do seu potencial produtivo.

A atividade produtiva desses agricultores consiste, basicamente nas culturas de arroz, algodão, milho, mamona, amendoim, feijão.

Em média, 50% da comercialização das mercadorias produzidas, tem sido feita através da cooperativa, o que nos leva a crer que a apropriação de parte significativa dos resultados do trabalho dos agricultores, pelos intermediários estaria sendo eliminada.

Mas a cooperação, restrita apenas à circulação das mercadorias não resolve o problema da subordinação do pequeno produtor familiar ao capital. A subordinação deste pequeno produtor ao capital tem se realizado sem que se dê a expropriação dos meios de produção, mesmo que ele coletivize a comercialização da produção. A subordinação do trabalho e da renda da terra ao capital verifica-se através de mecanismos de dependência da agricultura à indústria e aos bancos.

Manter a propriedade do pequeno produtor, cujas relações de produção não são relações capitalistas, é um mecanismo contraditório do próprio capitalismo que com isso garante a expansão do capital.

Para os beneficiários do projeto Lagoa São Paulo a propriedade jurídica da terra não tem maior importância, pois para eles a terra é instrumento de trabalho, de onde tiram seus ganhos e os de suas famílias.

Esses pequenos produtores têm, no entanto, suas necessidades econômicas e sociais, reguladas pelo capital que os subordina no momento em que procuram financiamento bancário para poderem

produzir, assim como no momento em que os preços pagos pelos seus produtos no mercado são reduzidíssimos. Dessa forma transferem, de uma maneira ou de outra, sua renda para outros setores, quer seja o industrial ou o financeiro.

Essa transferência de renda tem se verificado, não pela sujeição formal do trabalho, mas através da apropriação de sua produção cujo preço é estipulado pela indústria que lhes absorve o rendimento de seu próprio trabalho.

A dependência dos trabalhadores rurais à indústria se concretiza também no momento em que o produtor se vê obrigado ao consumo de fertilizantes que, diga-se de passagem, tem tido elevação acentuada de preços.

É assim que o modo capitalista de produção vem se desenvolvendo no campo, fundamentalmente, não pela sujeição formal do trabalho ao capital, mas principalmente, pela sujeição da renda da terra ao capital, quer comprando terra para explorar ou vender, quer subordinando a produção do tipo camponês.

O que é fundamental para o capital é a sujeição da renda da terra, que no caso do camponês proprietário dos meios de produção e dos posseiros e rendeiros, se confunde com o excedente da produção, isto é, com valor excedente que cria seu trabalho, um sobre-trabalho, o trabalho que ultrapassa o indispensável à sua subsistência.

Produto do desenvolvimento do capitalismo no campo, que vem se efetivando através dos mecanismos de subordinação e exploração do trabalho agrícola, as tensões e conflitos, movimentos e lutas da população rural são uma questão complexa que será solucionada somente quando, não apenas a estrutura fundiária se reforma, mas quando a apropriação privada da produção seja eliminada.

As diferentes formas de produção, tais como o assalariamento, a família do camponês proprietário e do camponês posseiro, separam estas categorias sociais que resistem à exploração capitalista de diferentes formas, pois diferem entre si nas relações de produção, mas, entretanto se as considerarmos sob o aspecto da pobreza estaremos estabelecendo uma relação entre elas que as unem numa só classe social: a dominada.

Conforme a categoria social (o posseiro, o renteiro, o pequeno produtor proprietário) diferente será sua resistência à exploração capitalista. E, a história da ocupação da Lagoa São Paulo pode expressar essas reivindicações sociais, dado que elas foram determinadas por relações sociais de trabalho da qual aquelas categorias participaram.

O camponês proprietário, tem lutado por melhores preços para seus produtos. Sua luta é uma luta econômica, uma resistência e exploração indireta de seu trabalho por setores financeiros e industriais. Já a luta do camponês posseiro é mais política, pois o fato político da "resistência" é que, recentemente, tem caracterizado suas lutas. Soma-se a este fato, a ilegalidade institucional, do ponto de vista capitalista, de forma de ocupação da terra.

São, pois essas lutas dos trabalhadores do campo, em suas expressões e linguagens particulares e essencialmente práticas contra a expropriação da terra, contra a destruição do território onde liberdade de trabalho seja requisito, que tentamos resgatar para o mundo científico. Procuramos fazê-lo com o firme intuito de entendermos de maneira correta os seus pontos de vista, e a partir deles analisarmos a questão agrária brasileira, traduzida nas lutas de classes que revelam sempre as contradições do capitalismo, que por sua vez contraditoriamente, vem produzindo riqueza e pobreza, igualdade e desigualdade.

BIBLIOGRAFIA

- ALENCAR, F. M. A. (1976) "*A Lagoa São Paulo e Alguns Aspectos de sua Fisiografia*" — Boletim Técnico, nº 20 — Secretaria de Estado dos Negócios da Agricultura — Coordenador da Pesquisa de Recursos Naturais — Instituto Florestal.
- CESP (1978) *Lagoa São Paulo — Estudo para reassentamento da População* Idéias Preliminares.
- , (1979) *Projeto Lagoa São Paulo — Sumário e Atividades*.
- DREIFUSS, R. A. (1981) "*1964: A Conquista do Estado*" — Ação Política, Poder e Golpe de Classe — Editora Vozes — Rio de Janeiro.
- KAUTSKY, K. (1980) "*A Questão Agrária*" — Proposta Editorial — São Paulo.

- MARTINS, J. S. (1975) *Capitalismo e Tradicionalismo* — Livraria Pioneira Editora — São Paulo.
- , (1980) *Expropriação e Violência* — Editora Hucitec — São Paulo.
- , (1981) *Os Camponeses e a Política no Brasil* — Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro.
- , (1984) *A Militarização da Questão Agrária* — Editora Vozes Petrópolis, Rio de Janeiro.
- OLIVEIRA, A. U. (1980) *Agricultura e Indústria no Brasil* — 3º Encontro Nacional de Geografia Agrária — UFRJ — Instituto de Geociências — Deptº de Geografia — Itatiaia, Rio de Janeiro.
- , (1982) *A Pequena Produção Agrícola Mercantil no Brasil* — Anais do V Encontro Nacional de Geógrafos — Porto Alegre RS.
- , (1982) *Os posseiros e a luta contra o capital: ... a terra é de ninguém.* Anais do V Encontro Nacional de Geógrafos — Porto Alegre, RS.
- PRADO JR., C. (1977) "O Problema Agrário Brasileiro" — *Reforma Agrária* nº 6 (ABRA) — Campinas, São Paulo.
- , (1979) *A Questão Agrária* — Editora Brasiliense — São Paulo.

RESUMO

Este trabalho procurou reconstruir a história da ocupação da margem esquerda do Rio Paraná, Presidente Epitácio—São Paulo, desde a luta dos posseiros e rendeiros pela construção de um território pelo Estado, via CESP, iniciada em 1981 com a implantação do Projeto Lagoa São Paulo, que reasentou aquela população ribeirinha. Elaborou-se, a partir dessa experiência histórica, uma tentativa de análise crítica da questão agrária brasileira, enunciando as contradições e mecanismos que o capitalismo utiliza para expropriar, explorar e subjugar a renda da terra camponesa.

ABSTRACT

This work looked for reconstruct the occupation's history of "Rio Paraná's" left margin, Presidente Epitácio, São Paulo, since the "posseiros" and "rendeiros" fight for the construction of a *territory* by the State, by the way

of CESP (São Paulo's Light and Power Company), started in 1981 with the "Lagoa São Paulo" plan's implantation, which have reseated that population.

With this historic experience, the author developed a effort to-critique analysis of the agrarian question, expressing the contradictions and mechanisms by which the capital expropriate, explore and subjugate the peasant's land rent.

RÉSUMÉ

Ce travail a recherché de reconstruire l'histoire de la occupation du rive gauche du "Rio Paraná" à Presidente Epitácio. São Paulo, depuis la lutte des "posseiros" et "rendeiros" pour la construction d'un territoire par le État, ou milieu de la CESP (Compagnie Énergétique de São Paulo), commencé en 1981 avec l'implantation du projet "Lagoa São Paulo" qui a relogé cette population là. On a élaboré, en se appuyant sur cette expérience historique, une tentative d'analyse critique de la question agraire brésilienne por énoncer les contradictions et les mécanismes de que s'utilise le capital pour exproprier, explorer et subjuguier la rente de la terre payscne.